

PARECER JURÍDICO Nº: 111/2015

ASSUNTO: Recurso Administrativo – Pregão Presencial nº 016/2015

O presente Parecer Jurídico tem por objetivo analisar os recursos administrativos tempestivamente apresentados pelas empresas PCSAN – MATERIAIS ELÉTRICOS EPP e pela PWX COMERCIAL LTDA – ME, decorrente do julgamento proferido durante a Sessão do Pregão Presencial nº 016/2015.

02. Trata-se de procedimento licitatório realizado na forma de pregão presencial, registrado sob o n.º 016/2015, cujo objeto é formalização de contrato de fornecimento de lâmpadas, luminárias, reatores e relés fotoeletrônicos, conforme indicado no Anexo I do referido edital.

03. Identifica-se dos autos que a necessidade da contratação, está expressa na Cotação nº 654 e pelo Termo de Referência nº 020/2015, instrumentos expedidos pela Divisão de Operação e Manutenção.

04. Em atendimento ao disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93, a minuta do Edital foi devidamente examinada, aprovada e cancelada pela Assessoria Jurídica da COCEL, nos termos do Parecer Jurídico n.º 080/2015, conforme fls. 66.

05. O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial de Campo Largo (fls. 111) e no Diário Oficial do Estado do Paraná (fls. 110), no Jornal da Cidade (fls. 112), e Jornal da Tribuna (fls. 113), todos no dia 13/03/2015.

06. O Edital completo da presente licitação foi disponibilizado, gratuitamente, no “site” de licitações da COCEL, bem como registrado no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na data de 17/03/2015, às fls. 115, conforme determina a Instrução Normativa nº 37/2009.

Art. 2º O mural das Licitações Municipais será constituído por informações transmitidas pelos órgãos e entidades de Administração Pública Municipal, nos seguintes prazos:

I – No mínimo, até 7 (sete) dias úteis antes do início da data prevista, no Edital ou outro instrumento convocatório, para a abertura do certame licitatório, de quaisquer



das modalidades: convite, tomada de preços, concorrência, concurso, leilão e pregões presencial e eletrônico, e inclusive as licitações realizadas mediante Sistema de Registro de Preços.

07. Verifica-se dos autos a suficiente abrangência publicitária da licitação, com ampla divulgação do certame, considerando o número de interessados na retirada (download) do edital, conforme documentos de fls. 123/166.

08. O ato de designação da função de Pregoeiro da Cocel (Portaria n.º 001/2015) encontra-se devidamente juntada ao processo licitatório, às fls. 167 – 2º volume.

09. A abertura dos envelopes contendo as propostas foi realizada em sessão pública às **09 horas do dia 06/04/2015**, na sede da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, conforme Ata às fls. 168/170, o qual se verifica o recebimento de 08 (oito) propostas:

- BELLO & MACHADO LTDA. – EPP;
- HIDROWATS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REATORES;
- MULTI MERCANTES LTDA.;
- NS TECNOLOGIA EM ILUMINAÇÃO LTDA. – ME;
- PAULO CÉSAR DOS SANTOS EPP;
- PWX COMERCIAL LTDA. – ME;
- LEONARDO DE OLIVEIRA MACHADO – ME;
- WIKO DO BRASIL COM. DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. EPP.

10. Procedida à abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e realizada a oferta de lances, obteve-se o resultado abaixo descrito, o qual após verificada a aceitabilidade da propostas e de sua habilitação, o Pregoeiro culminou por julgar vencedoras da presente licitação as seguintes empresas:

Lote 01	WIKO DO BRASIL COM. DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. EPP.
Lote 02	LEONARDO DE OLIVEIRA MACHADO – ME
Lote 03	WIKO DO BRASIL COM. DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. EPP.
Lote 04	PWX COMERCIAL LTDA. – ME
Lote 05	WIKO DO BRASIL COM. DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. EPP.



Lote 06	WIKO DO BRASIL COM. DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. EPP.
Lote 07	PWX COMERCIAL LTDA. – ME
Lote 08	WIKO DO BRASIL COM. DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. EPP.
Lote 09	PAULO CÉSAR DOS SANTOS EPP
Lote 10	PAULO CÉSAR DOS SANTOS EPP
Lote 11	PWX COMERCIAL LTDA. – ME
Lote 12	NS TECNOLOGIA EM ILUMINAÇÃO LTDA. – ME
Lote 13	NS TECNOLOGIA EM ILUMINAÇÃO LTDA. – ME
Lote 14	HIDROWATS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REATORES
Lote 15	NS TECNOLOGIA EM ILUMINAÇÃO LTDA. – ME
Lote 16	NS TECNOLOGIA EM ILUMINAÇÃO LTDA. – ME
Lote 17	HIDROWATS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REATORES
Lote 18	NS TECNOLOGIA EM ILUMINAÇÃO LTDA. – ME
Lote 19	NS TECNOLOGIA EM ILUMINAÇÃO LTDA. – ME
Lote 20	NS TECNOLOGIA EM ILUMINAÇÃO LTDA. – ME
Lote 21	NS TECNOLOGIA EM ILUMINAÇÃO LTDA. – ME
Lote 22	NS TECNOLOGIA EM ILUMINAÇÃO LTDA. – ME
Lote 23	BELLO & MACHADO LTDA. – EPP

11. Verifica-se da Ata da Sessão de Pregão, que após a aclamação dos vencedores, foi concedida vista integral do processo a todos os presentes, havendo manifestação recursal das empresas **Paulo Cesar dos Santos Comércio – EPP**, e pela empresa **PWX Comercial Ltda. ME.**, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a competente apresentação dos memoriais.

12. A empresa recorrente **Paulo Cesar dos Santos Comércio – EPP** apresentou suas razões recursais no prazo legal, contra a decisão do Pregoeiro que habilitou as empresas concorrentes **WIKO DO BRASIL COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. – EPP**, bem como, pela habilitação da **BELLO & MACHADO LTDA. – EPP**.

13. Sustenta o ora recorrente que a empresa **WIKO DO BRASIL** não estaria habilitada a participar da fase de lances do certame, pois a Sra. Juliane de Jesus do Nascimento de Siqueira não estaria credenciada, considerando procuração outorgada para o Sr. Gilberto Nazário da empresa **GN Representações Comerciais Ltda.**, não lhe conferindo o direito de substabelecer poderes a Sra. Juliane.

14. Importa salientar que o argumento apresentado pela recorrente, firma-se na tese de que somente o Sr. Gilberto Nazário poderia representar a licitante **WIKO DO BRASIL**,



quando o instrumento procuratório é cristalino em indicar a figura do Outorgado como a empresa GILBERTO NAZARIO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 80.783.061/0001-01, o qual é representada pelo Sr. Gilberto Nazario.

15. Vejamos abaixo o documento de Procuração outorgado pela empresa licitante WIKO DO BRASIL à empresa GN Representações Comerciais Ltda., visando conferir poderes de representação, podendo formular lances, manifestar intenção de interpor recursos, enfim, praticar todos os atos pertinentes a pregões e outras modalidades licitatórias.

156 512 338/0001-07

WIKO
WIKO DO BRASIL COM. DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

WIKO DO BRASIL COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP
Av. Tiradentes, 1395 - Conj. 13 - Ponte Pequena - CEP: 01102-010 - São Paulo - SP

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

CONFERE COM O ORIGINAL

Divisão de Logística e Compras

PROCURAÇÃO

São Paulo, 19 de Janeiro de 2015.

A empresa WIKO DO BRASIL COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, estabelecida na Avenida Tiradentes, 1395 - conj. 13 - Ponte Pequena - na cidade de São Paulo, estado de São Paulo - Cep: 01102-010, inscrita no CNPJ nº 56.512.338/0001-07 e com I.E. sob o nº 117.198.662-115, neste ato representado por sua Sócia, a Sra. Carla Cristina de Souza Ferreira, brasileira, casada, comerciante, portador do RG nº 32.071.716-1 SSP/SP, e inscrita no CPF nº 304.437.038-84, com endereço comercial à Avenida Tiradentes, 1395 - conj. 13 - Ponte Pequena - São Paulo/SP, nomeia e constitui seu bastante procurador, a empresa: Gilberto Nazario Representações Comerciais Ltda., inscrita no CNPJ nº 80.783.061/0001-01, representada na pessoa do Sr. Gilberto Nazario, brasileiro, casado, técnico em eletrônica, portador do RG nº 1.778.930-9 e do CPF nº 320.622.069-68, residente e domiciliado à Rua Tenente Miguel Anselmo da Silva, 238 - Pilarzinho - Curitiba/PR e quem confiere poderes para representação dentro do Estado do Paraná, independente da ordem de nomeação junto a qualquer repartição pública, autarquias, sociedade de economia mista, empresas públicas, federais, estaduais, municipais, podendo para tanto, formular lances, manifestar intenção de interpor recursos ou declinar de direito de fazer uso do mesmo, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes a pregões, tomadas de preços, convites, concorrências, impugnar, desistir, assinar propostas de fornecimento, contratos de serviço, retirar pedidos, assinar requerimentos, guias, termos e livros, pagar taxas, participar de quaisquer modalidades de licitações, produzir provas, juntar e desentranhar papéis e documentos podendo participar, enfim, todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato. A presente procuração é válida até o dia 19/01/2016.

Carla Cristina de Souza Ferreira
Sócia-Administrativa
CPF: 304.437.038-84
RG: 32.071.716-1 SSP/SP

Av. Tiradentes nº 1395 - Cx. 13 - Ponte Pequena
E-mail: wikobrasil@wikobrasil.com.br




Companhia Campolarguense de Energia - COCEL
CONFERE COM O ORIGINAL
Divisão de Logística e Compras

PROCURAÇÃO

Gilberto Nazario Representações Comerciais Ltda., estabelecida no endereço: Av. Anita Garibaldi, 2709 - sala 07, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 80.783.061/0001-01 e com I.E. isenta, neste ato representado por seu sócio-diretor, o Sr. Gilberto Nazario, portador do RG nº 1.778.930-9, e inscrito no CPF nº 320.622.069-68, nomeia e constitui seu bastante procurador, a pessoa da Sra. Juliane de Jesus do Nascimento de Siqueira, brasileira, casada, bacharel em administração de empresas, portador do RG nº 8.301.915-8 e do CPF nº 034.201.389-03, residente e domiciliada à Rua Abel Scussiato, nº 2829, apto. 102, bloco 24 - Atuba - Colombo/PR a quem confere poderes para representá-lo dentro do Estado do Paraná, independente da ordem de nomeação junto a qualquer repartição pública, autarquias, sociedade de economia mista, empresas públicas, federais, estaduais, municipais, podendo para tanto, formular lances, manifestar intenção de interpor recursos ou declinar de direito de fazer uso do mesmo, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes a pregões, tomadas de preços, convites, concorrências, impugnar, desistir, assinar propostas de fornecimento, contratos de serviço, retirar pedidos, assinar requerimentos, guias, termos e livros, pagar taxas, participar de quaisquer modalidades de licitações, produzir provas, juntar e desentranhar papéis e documentos, podendo participar, enfim, todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato.

Curitiba, 05 de Fevereiro de 2015.

Validade Procuração: 12 (doze) meses


Gilberto Nazario
Sócio-Diretor
GN Representações Comerciais Ltda.

Av. Anita Garibaldi, 2709, sl. 07 CEP: 82.210-000 Fone: (41) 3354-8858 Fax: (41) 3354-5097 Curitiba/PR.
E-mail: vendas@gnrepresentacoes.com.br

16. Avaliando o questionado instrumento procuratório, não há menção a vedação ao substabelecimento.

17. No mesmo sentido, disciplina o artigo 667, parágrafo 3º do Código Civil Brasileiro, considerando que a impossibilidade de substabelecer deve ser expressa, tanto que o parágrafo 4º do mesmo artigo prevê possibilidade de que a procuração não contenha poderes expressos para fins de concessão de substabelecimento, sem existir qualquer imposição legal em sentido contrário.

Art. 667. O mandatário é obrigado a aplicar toda sua diligência habitual na execução do mandato, e a indenizar qualquer prejuízo causado por culpa sua ou daquele a quem substabelecer, sem autorização, poderes que devia exercer pessoalmente.

(...)

§ 3º Se a proibição de substabelecer constar da procuração, os atos praticados pelo substabelecido não obrigam o mandante, salvo ratificação expressa, que retroagirá à data do ato.

§ 4º Sendo omissa a procuração quanto ao substabelecimento, o procurador será responsável se o substabelecido proceder culposamente.

18. Deste modo, avaliando o suporte fático, não há qualquer restrição, quanto ao poder do outorgado em substabelecer procuração, tendo em vista que não há o que se cogitar de extrapolação no exercício de mandato.

19. Diante do comando normativo, devemos **INTERPRETAR, TRADUZIR, DECODIFICAR** o campo de incidência da norma jurídica em debate, considerando o suporte fático envolvido. **A relevância do ato interpretativo está na sua condição de promoção da Justiça.**

20. A cautela se impõe na presente medida, a fim de suprimir o excesso, em total desconformidade com a lei, com o bom senso, sob pena de prejuízo direto à Administração Pública.

21. Não se discute a validade do instrumento de procuração apresentado para o competente credenciamento, uma vez que fora ratificado sua validade pela própria licitante WIKO DO BRASIL, em suas contrarrazões. Vejamos a expressa declaração da licitante:

Diante de todas as alegações, restou claro que o substabelecimento é válido, nos termos do Código Civil, não havendo que se falar em nulidade ou falta de validade do instrumento.

22. No tocante ao recurso apresentado pela empresa PWX COMERCIAL LTDA. – ME, sustenta tese idêntica a ora trabalhada, ou seja, que a empresa WIKO DO BRASIL não poderia oferecer lances, considerando vício de representação, em razão de



substabelecimento. Insustentável a tese apresentada, conforme argumentação técnica apresentada.

23. Importa destacar ainda, a segunda parte do recurso apresentado pela empresa PCSAN – PAULO CESAR DOS SANTOS COMÉRCIO – EPP, o qual sustenta ilegalidade no procedimento adotado pelo Sr. Pregoeiro, quanto a classificação indevida da empresa BELLO & MACHADO LTDA. – EPP para o item 23 do presente edital, tendo em vista que não juntou Laudo Técnico emitido por instituto confirmando as características eletrônicas do rele.

24. Sustenta que a empresa LEONARDO DE OLIVEIRA MACHADO – ME foi desclassificada no mesmo item 23, por conta de não ter apresentado o laudo em sua proposta, em situação idêntica com a empresa BELLO & MACHADO LTDA. – EPP.

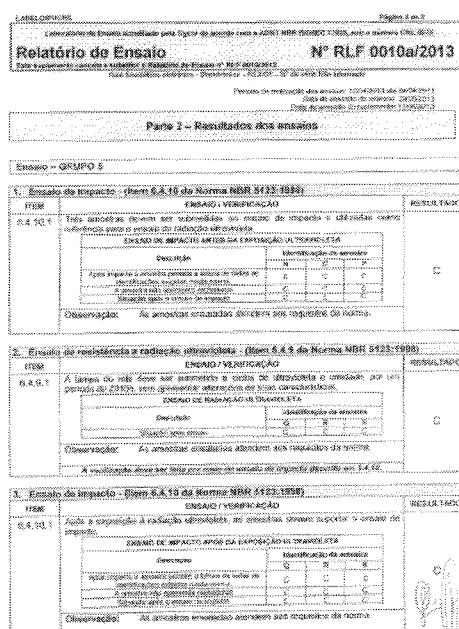
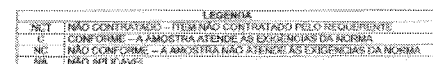
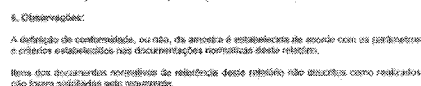
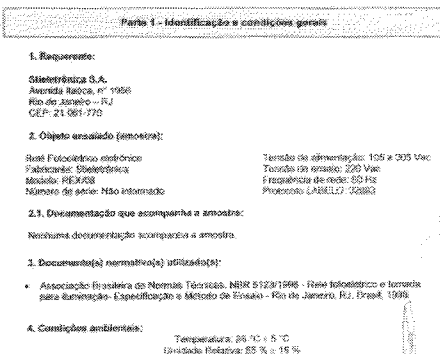
25. Vejamos os fatos, realmente as duas empresas LEONARDO e BELLO não apresentaram o laudo confirmando as características eletrônicas do rele. O sentido da regra do edital é bem clara, quando exige o laudo visando confirmar as características técnicas do produto ofertado pela licitante.

26. Novamente importa salientar que diante do comando normativo, devemos **INTERPRETAR, TRADUZIR, DECODIFICAR** o campo de incidência da norma jurídica em debate, considerando o suporte fático envolvido. **A relevância do ato interpretativo está na sua condição de promoção da Justiça.**

27. No tocante a empresa LEONARDO, verificando o caderno licitatório não identificamos o laudo do **rele fotoeletronico marca Exatron**, impedindo avaliar as exigidas características eletrônicas do equipamento, conforme disciplinado pelo Edital de Pregão Presencial nº 016/2015.

28. Agora, quanto à empresa BELLO & MACHADO LTDA. – EPP, verifica-se que não apresentou o questionado laudo, mas avaliando o processo identifica-se que o licitante PCSAN – PAULO CÉSAR DOS SANTOS COMÉRCIO ofertou o mesmo equipamento que a empresa BELLO, ou seja, **rele fotoeletronico marca STIELETRONICA, modelo REX/08.**





Relatório de Ensaio N° RLF 0010a/2013
Este instrumento valida a validade e validade do Ensaio N° RLF 0010a/2013
Data de emissão do relatório: 15/08/2013

Ensaio - GRUPO 6

1. Ensaio de magnetização residual - (Item 6.4.11 da Norma NBR 5123:1998)

ITEM 6.4.11.1 O não teste deve ser submetido a variações de fluxo histerese e interrupções de alimentação, sem apresentar magnetização residual que comprometa o correto funcionamento da rede.

ENSaIO DE MAGNETIZAÇÃO RESIDUAL

Descrição	Identificação da amostra
O não teste não deve apresentar magnetização residual que comprometa o correto funcionamento da rede.	C

Observação: As amostras ensaiadas atendem aos requisitos da norma.
Comentário: Não houve presença de magnetização residual durante o ensaio.

2. Ensaio de grau de proteção - (Item 6.4.12 da Norma NBR 5123:1998)

ITEM 6.4.12.2 O grau de proteção deve apresentar um grau de proteção de 2,5, conforme NBR 5123:1998.

ENSaIO DE GRAU DE PROTEÇÃO

Descrição	Identificação da amostra
O grau de proteção deve apresentar um grau de proteção de 2,5, conforme NBR 5123:1998.	C

Observação: As amostras ensaiadas atendem aos requisitos da norma.
Comentário: Durante a execução do ensaio, foram realizados 5 testes de proteção.

3. Ensaio de aderência e proteção - (Item 6.4.13 da Norma NBR 5123:1998)

ITEM 6.4.13.3 A proteção deve ser feita no lado da amostra, durante 72h, a 100% de umidade relativa de 100%. A amostra deve ser submetida a umidade relativa de 100% e não se retirar do teste e não serem analisados após a utilização, armazenamento, armazenamento de 72h.

ENSaIO DE ADERÊNCIA A GRANITE

Descrição	Identificação da amostra
A proteção deve ser feita no lado da amostra, durante 72h, a 100% de umidade relativa de 100%.	C

Observação: As amostras ensaiadas atendem aos requisitos da norma.

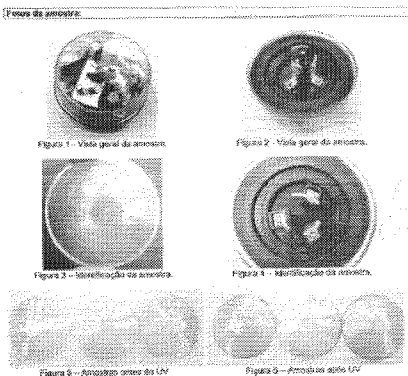
Relatório de Ensaio N° RLF 0010a/2013
Este instrumento valida a validade e validade do Ensaio N° RLF 0010a/2013
Data de emissão do relatório: 15/08/2013

Observações de Medição (IM)

A amostra exposta de medição realizada na tabela abaixo é representada como a amostra padrão de medição multiplicada pelo fator de correção "X", com grau de aderência elétrica (X) correspondente a um nível de aderência de aproximadamente 0,5%. A amostra padrão de medição na determinação de corrente está a 100% para expressão da aderência de aderência, fornecendo função verdadeira, baseada no 100% (Grado de aderência) de aderência de aderência e representa a combinação dos sistemas de medição empregados na medição dos ensaios.

Item de medição	Medição	Fator de correção	Observação de medição	Fator de aderência (X)
6.4.12	Energia	4 e 1000 s	4.1.2 s	2.50
6.4.13	Válido	6 e 25 s	6.2.2 s	2.50

Relatório de Ensaio N° RLF 0010a/2013
Este instrumento valida a validade e validade do Ensaio N° RLF 0010a/2013
Data de emissão do relatório: 15/08/2013



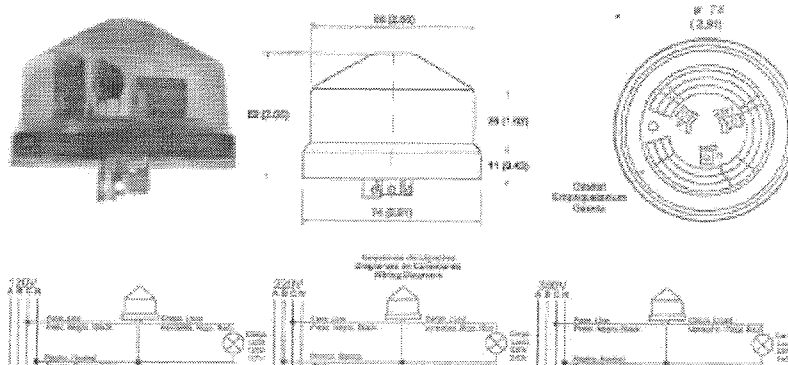
Relatório de Ensaio N° RLF 0010a/2013
Este instrumento valida a validade e validade do Ensaio N° RLF 0010a/2013
Data de emissão do relatório: 15/08/2013

- Observações finais:**
- Este relatório de ensaio fornece aos requisitos de aderência da amostra, que foram a competência do laboratório.
 - A amostra fornecida pelo laboratório de ensaio, com grau de aderência elétrica (X) correspondente a um nível de aderência de aproximadamente 0,5%.
 - O processo de ensaio de aderência e validação foi realizado para a amostra ensaiada, mas condições em que foram realizadas as amostras e não foram avaliadas a qualidade das amostras.
 - Os ensaios foram realizados nos laboratórios de ensaio de aderência.
 - A partir do momento em que a amostra é entregue ao laboratório, o responsável pelo controle de qualidade do material no momento da recepção das amostras, os que o LABORATÓRIO deve ter a responsabilidade pela sua manutenção.
 - É usada a reprodução da amostra fornecida de ensaio, no lado da amostra, sem qualquer alteração do LABORATÓRIO, o que é a reprodução da amostra de ensaio.
 - A amostra é enviada de acordo com o Regulamento Interno do IAN (Internacional Laboratory Accreditation Cooperation).
 - A amostra é enviada de acordo com o Regulamento Interno do IAN (Internacional Laboratory Accreditation Cooperation).

Augusto Lunelli Nunes
Executivo de Ensaio

Assinatura autografada

MODEL - MODELO REX/08
ELECTRONIC PHOTO ELECTRIC CONTROL - INTERRUPTOR FOTOELÉCTRICO ELECTRÔNICO
RELÉ FOTOELÉTRICO ELETRÔNICO



CHARACTERISTICS

- ELECTRONIC PHOTO ELECTRIC CONTROL
- IN CASE OF FAIL, THE CONTACTS REMAIN OPEN, SAVING ENERGY (FAIL-OFF)
- LOAD RATING: 1000W / 100VA
- VOLTAGE RANGE: 115 - 240VAC
- SENSORS: SILICON PHOTO TRANSISTOR
- AVERAGE TURN-ON - 10 LUX
- TURN-ON: 1-3
- SHOCK PROTECTION: MOV, 140 Joule MIN
- SURGE CURRENT PROTECTION
- TURN-OFF TIME DELAY: ~ 3 sec
- POWER CONSUMPTION: ~ 1 W
- TEMPERATURE RANGE: -40°C TO +70°C
- HOUSING: UV STABILIZED POLYCARBONATE
- PROTECTION: IP-47
- ADNT / NEMA / ANSI STANDARDS

OPCIONALES

- SURGE PROTECTION - UP TO 140 Joule
- OTHERS: CONTACT FACTORY

CARACTERÍSTICAS

- INTERRUPTOR FOTOELÉCTRICO ELECTRÔNICO
- EN CASO DE FALLA LOS CONTACTOS PERMANECEN ABIERTOS ECONOMIZANDO ENERGÍA (FAIL-OFF)
- CARGA MÁXIMA: 1000W / 100VA
- RANGO DE VOLTAJE: 115 A 240VAC
- SENSOR: FOTOTRANSISTOR DE SILICIO
- CONECTA: ~ 10 LUX
- RELACION DESCONECTAR/CONECTAR: 1-3
- PROTECCIÓN CONTRA SOBRETENSIONES
- VARIACION: 140 Joule MIN
- PROTECCIÓN CONTRA CORRIENTES
- RETARDO PARA APAGAR: ~ 3 seg
- CONSUMO: ~ 1 W
- TEMPERATURA DE FUNCIONAMIENTO: -40°C A +70°C
- CUBIERTA: POLICARBONATO ESTABILIZADO CONTRA RAYOS ULTRAVIOLETAS
- PROTECCIÓN: IP-47
- NORMAS ABNT / NEMA / ANSI

OPCIONALES

- PROTECCIÓN CONTRA SOBRETENSIONES: HASTA 140 Joule
- OTRAS: CONTACTO FABRICA

CARACTERÍSTICAS

- RELÉ FOTOELÉTRICO ELECTRÔNICO
- EM CASO DE FALLA, OS CONTATOS PERMANECEM ABERTOS ECONOMIZANDO ENERGIA (FAIL-OFF)
- CARGA MÁXIMA: 1000W / 100VA (220V)
- FAIXA DE TENSÃO DE OPERAÇÃO: 115 A 240VAC
- FOTO-TRANSISTOR (SENSOR DE LUXES)
- LIGAL: ~ 10 LUX
- RELACÃO DESLIGAR/LIGAR: 1-3
- PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO: VARIAVEL 140 Joule MIN
- PROTEÇÃO CONTRA FUSÃO DE CORRENTE
- RETARDO PARA APAGAR: ~ 3 seg
- CONSUMO: ~ 1 W
- FAIXA DE TEMPERATURA: -40°C A +70°C
- INVÓLUCRO DE POLICARBONATO ESTABILIZADO AOS RAYOS UV
- GRAU DE PROTEÇÃO: IP-47
- NORMAS ABNT / NEMA / ANSI

OPCIONAIS

- PROTEÇÃO CONTRA SURTOS: ATÉ 140 Joule
- OUTRAS: CONTACTO FÁBRICA

stieletrônica

Stieletrônica S/A
Praia do Flamengo 66-23, s.1607
22240-901 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Tel: (55-21) 2556.6164 / 2541.4814 Fax: (55-21) 2541-6564
E-mail: contato@stieletronica.com.br / financeiro@stieletronica.com.br
Website: www.stieletronica.com.br

 Stielectrônica

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2015
 CARTA Nº 036 / 2015

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
Campo Largo - PR.
REF.: PRECÃO PRESENCIAL Nº 016/2015

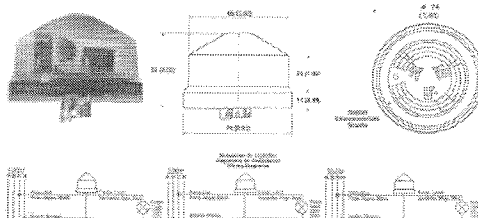
DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE PRODUTO

Informamos que o Reajé Biotecnológico, modelo RECUB, oferecido para o Biotai em referência, através do novo distribuidor BIELLO E MATTAUCCI LTDA, sob o Cnpj. nº 08.533.000/01, está com algumas contas quântas de débito do projeto, fabricação, montagem e desmontagem das unidades submissíveis a test e conservação normais, por um período de 5 (cinco) anos, a contar da data da entrada em operação comercial de cada unidade.

Abstract

Gilberto Padua
Representante Comercial
CPE N° 478.718.739-26
Tel. (011) 382.9747

MODEL - MODELO RXM88
ELECTRONIC PHOTO-ELECTRIC CONTROL - INTERRUPTOR FOTOELÉCTRICO ELECTRÓNICO
RELE FOTOELÉCTRICO ELECTRÓNICO

[illegible] **stieletrônica**

Stichtingsfonds NVA
 Brein de Financieringsinst. v. 1987
 Nieuw-Rijn - 1016 CA Amsterdam, NL - (020) 612 1111
 Tel. (020) 723 256-00000-3145 0500 Fax: (020) 723 256-00000
 E-mail: secretariat@stichtingsfonds.nl info@stichtingsfonds.nl
 Website: www.stichtingsfonds.nl

30. O objetivo pretendido pelo Edital fora atendido, considerando a efetiva comprovação das características eletrônicas do rele.

31. Verifica-se que o ilustre Pregoeiro agiu em estrita obediência ao Edital do certame, em especial aos itens 19.9 e 19.10. Vejamos:

19.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

19.10 As normas que disciplinam este pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e a segurança jurídica da contratação.

32. Considerando a controvérsia gerada no presente certame, convém observar precedente do Superior Tribunal de Justiça, através do Mandado de Segurança nº 5.418 – DF.

"DIREITO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO PELO JUDICIÁRIO, **FIXANDO-SE O SENTIDO E O ALCANCE DE CADA UMA DELAS** E ESCOIMANDO EXIGÊNCIAS DESNECESSÁRIAS E DE EXCESSIVO RIGOR PREJUDICIAIS AO INTERESSE PÚBLICO. POSSIBILIDADE. CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA ESSE FIM. DEFERIMENTO.

(...)

O procedimento licitatório é um conjunto de atos sucessivos, realizados na forma e nos prazos preconizados na lei; ultimada (ou ultrapassada) uma fase, 'preclusa' fica a anterior, sendo defeso, a administração, exigir, na (fase) subsequente, documentos ou providências pertinentes aquela já superada. se assim não fosse, avanços e recuos mediante a exigência de atos impertinentes a serem praticados pelos licitantes em momento inadequado, postergariam indefinidamente o procedimento e acarretariam manifesta insegurança aos que dele participam.

(...)

No procedimento, e juridicamente possível a juntada de documento meramente explicativo e complementar de outro preexistente ou para efeito de produzir contra-prova



e demonstração do equívoco do que foi decidido pela administração, sem a quebra de princípios legais ou constitucionais.

(...)

O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes.

Segurança concedida. Voto vencido.” (MS 5.418/DF, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, *in* DJ de 01/06/1998, p. 24)

33. Vejamos a posição declinada pelo Sr. Ministro Demócrito Reinaldo, Relator do Mandado de Segurança nº 5418 – DF:

PASSO A DECIDIR

Em primeiro lugar, reafirmo o que escrevi no julgamento do mandado de segurança de nº 5.281, em relação aos princípios que regem a licitação, avultando, dentre eles, o da vinculação ao instrumento convocatório e à lei específica. O Edital consoante lição correntia e entendimento unânime dentre os juristas, constitui lei entre as partes (Administração e concorrentes). E essa vinculação é de tal modo relevante, que vem repetidamente inscrita em vários dispositivos da Lei de nº 8.666, de 1993 (arts. 3º, 4º e 41º) e mencionado na Lei das Concessões (Lei nº 8.967/95). O Edital é norma fundamental da concorrência, que, além da publicidade e fiel aos princípios legais, determina objeto da licitação, discrimina os direitos e obrigações das partes e estabelece o procedimento adequado à apreciação e julgamento das propostas. Nenhum jurista que tenha escrito sobre o tema, escurece essa assertiva.

Todavia, como é de sabença trivial, o princípio da vinculação ao edital não é absoluto, de tal forma que impeça o juiz de penetrar-lhe no sentido e na compreensão, desde que, da convocação podem constar cláusulas desnecessárias ou até mesmo de rigor excessivo, que, além de extrapolar os ditames da lei de regência, venha a se impregnar de expressivo rigor, de tal modo a afastar possíveis proponentes e, em assim sendo, ao invés de se constituir em instrumento na defesa do interesse público, se transmude em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele objetiva a Administração. Consideradas essas circunstâncias, nem o Edital, nem a Lei de Licitação estão isentos de interpretação pelo Judiciário, não só para declarar-se o verdadeiro sentido, como para estabelecer-lhes a importância ou o respectivo grau de relevância para efeito de classificação de um ou de todos os participantes; nem, ainda, submetida qualquer questão ao Judiciário, acerca do procedimento licitatório, estará impedido de examinar se algumas das cláusulas do Edital



foram efetivamente cumpridas, ou, se atendidas de forma diversa daquela descrita no Edital, ficariam satisfeitas as exigências da Lei.

34. Vejamos ainda o Voto do Sr. Ministro José Delgado, o qual esclarece com precisão a necessidade de atendimento dos objetivos buscados no certame licitatório.

A tese de imediato agitou-me quando S. Exa afirma que esta Corte tem o controle da legalidade, no que estou de pleno acordo, mas penso que esse controle de legalidade há de ser efetuado com base em princípios, especialmente na época contemporânea, de princípios sistêmicos aplicados ao Direito e no campo da licitação; **princípios voltados ao atendimento dos objetivos buscados em tal certame.**

35. Merece destaque a atuação do Sr. Pregoeiro, o qual atuou:

- em respeito às normas inerentes as compras públicas;
- em respeito às normas definidas no Edital de Pregão Presencial nº 016/15;
- observando a necessária ampliação da disputa;
- proporcionando igualdade de oportunidade entre os proponentes;
- considerando aceitável a oferta de menor preço formulada pela empresa BELLO & MACHADO LTDA. – EPP;
- julgando em conformidade os documentos apresentados, suprimindo às exigências habilitatórias, considerando que tais documentos foram juntados ao processo pela empresa concorrente e ora recorrente;
- atuando em respeito à finalidade do Edital de Pregão Presencial nº 016/2015;
- preservando a necessária SEGURANÇA JURÍDICA;

36. A Constituição Federal consagrou em diversos dispositivos a preocupação com a correta aplicação dos recursos públicos, indicando a obrigatoriedade da realização do processo de licitação pública, visando permitir a Administração Pública contratar com verdadeira isonomia e eficiência, sem prejudicar a natural competitividade do mercado, na busca pela melhor oferta.

37. Diante dos princípios informadores da Administração Pública, não há que se falar em desvios ou em gestão orçamentária ineficaz, considerando a identificação da melhor oferta.

38. Observando a linha da proteção do interesse público e da eficiente utilização dos recursos públicos, determina com precisão o doutrinador Celso Antônio Bandeira de MELLO, três exigências públicas impostergáveis.

A licitação visa a alcançar duplo objetivo: proporcionar às entidades governamentais possibilidades de **realizarem o negócio mais vantajoso** (pois a instauração de competição entre ofertantes preordena-se a isto) e assegurar aos administrados ensejo de disputarem a participação nos negócios que as pessoas governamentais pretendem realizar com os particulares.

Destarte, atendem-se três exigências públicas impostergáveis: proteção aos interesses públicos e recursos governamentais – **ao se procurar a oferta mais satisfatória**; respeito aos princípios da isonomia e impessoalidade (previstos nos arts. 5º e 37, caput) – pela abertura de disputa do certame; e, finalmente, obediência aos reclamos de probidade administrativa, imposta pelos arts. 37, caput, e 85, V, da Carta Magna brasileira.¹

39. A luz dos Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade não há que se falar em alteração do resultado do certame.

40. Destaca-se do Princípio da Razoabilidade de que deve haver uma adequação entre meios e fins, sendo vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior aquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, conforme preceitua o conteúdo básico previsto no art. 2º, parágrafo único, VI da Lei n.º 9.784/1999.

41. A doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro², citando posição de Lúcia Valle Figueiredo, determina com precisão que *“discricionariedade é a competência-dever de o administrador, no caso concreto, após a interpretação, valorar, dentro de um critério de razoabilidade, e afastado de seus próprios standards ou ideologias, portanto, dentro do critério da razoabilidade geral, qual a melhor maneira de concretizar a utilidade pública postulada pela norma”*.

¹ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 21. ed., São Paulo: Malheiros, 2006, p.503.



42. Na mesma linha determina Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertoncini³, citando o Professor Marçal Justen Filho, que o princípio da *proporcionalidade* “*está relacionado com a ‘ponderação de valores’ e com a idéia de que ‘a aplicação da regra jurídica deve ser norteada pelo resultado que se busca atingir’*. Portanto, *equilíbrio e finalidade legal, na concreção da norma, são critérios essenciais para a correta compreensão e aplicação do princípio em tela, o que também alcança o princípio da razoabilidade, matriz imediata da proporcionalidade.*”

43. Revela-se inegável o papel dos princípios na solução dos conflitos, diante do maior teor de abstração, na busca pela verdadeira harmonia do ordenamento jurídico enquanto sistema.

44. Conforme verificamos a atuação administrativa jamais poderá afrontar a lei, bem como, violar os princípios que regem a Administração Pública.

45. Deste modo, considerando os diversos pontos anteriormente elencados, opinamos pela **IMPROCEDÊNCIA** dos recursos interpostos pela empresa **PAULO CESAR DOS SANTOS COMÉRCIO - EPP** e pela empresa **PWX COMERCIAL LTDA. – ME**, mantendo-se o resultado final proferido na Ata da Sessão de Pregão Presencial nº 016/2015, considerando o suporte fático e jurídico apresentado, preservando a imprescindível legalidade, segurança jurídica e a melhor oferta, sem comprometer o interesse público, respeitando a finalidade do Edital de Pregão Presencial nº 016/2015.

46. Em função disso, encaminho o presente Parecer Jurídico ao Senhor Pregoeiro para que se manifeste, indicando ainda que o processo licitatório deverá ser encaminhado ao Senhor Diretor Administrativo, em atenção art. 7º, III do Decreto nº 3.555/00, considerando a referida competência, bem como de forma subsidiária em cumprimento ao artigo 109, parágrafo 4º, da Lei de Licitações.

Campo Largo, 14 de abril de 2015.

Otávio Dias Pereira Junior
OAB/PR 28.139

Atifico o Parecer Jurídico
Em Anexo.

C.L. 14/04/15

² DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. 20. ed., São Paulo: Atlas, 2007, p. 72.

³ BERTONCINI, Mateus Eduardo Siqueira Nunes. São Paulo: Malheiros Editores, 2002, p. 174.